



DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA

Sumário

EXTRATOS	3
EDITAL DE AUTO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE	5
EDITAL DE LICITAÇÃO - FUSAM	6
EXTRATO DE AVALIAÇÃO DE AMOSTRAS	7
LEI Nº 6224, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2024	8
ESTATUTO DO MUSEU PAULISTA DE ANTIGUIDADES MECÂNICAS ROBERTO LEE	9
LEI Nº 6225, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2024	22
LEI Nº 6226, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2024	25
LEI Nº 6227, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2024	27
LEI Nº 6228, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2024	29
LEI Nº 6229, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2024	36
LEI Nº 6230, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2024	42
LEI Nº 6231, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2024	43
LEI Nº 6232, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2024	44
LEI COMPLEMENTAR Nº 372, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2024	46
LEI COMPLEMENTAR Nº 373, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2024	49
DECRETO Nº 5120, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2024	50
DECRETO Nº 5121, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2024	53
DECRETO Nº 5108, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2024	58
DECRETO Nº 5110 DE 29 DE NOVEMBRO DE 2024	60

DEZEMBRO DE 2024

Diário Oficial

Edição nº 469/2024

Expediente

O Diário Oficial de Caçapava é uma publicação sob a responsabilidade das entidades da Administração Direta e Indireta do Município de Caçapava, Conforme **Lei Municipal nº 5819**, de 22 de março de 2021.

Demais edições do Diário Oficial Eletrônico de Caçapava poderão ser consultadas por meio do endereço eletrônico:
<https://cacapava.sp.gov.br/diario-oficial>.

As consultas são de acesso gratuito e não necessitam de qualquer realização de cadastro.

Prefeitura Municipal de Caçapava
CNPJ: 45.189.305/0001-21
Endereço: Rua Cap. Carlos de Moura, 243
Telefone: (12) 3654-6600
Site: <https://cacapava.sp.gov.br>

Câmara Municipal de Caçapava
CNPJ: 48.408.496/0001-63
Endereço: Praça da Bandeira, 151
Telefone: (12) 3654-2000

FUSAM (FUNDAÇÃO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA DO MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA)
CNPJ: 50.453.703/0001-43
Endereço: Av. Dr. Pereira de Mattos, 63 - Centro, Caçapava/SP - CEP: 12281-450
Telefone: (12) 3654-8800
E-mail: comunicacao@fusam.com.br

PORTARIA Nº 35/SF/2024, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2024

62

PORTARIA Nº 36/SF/2024, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2024

63

EXTRATO DE CONTRATO – MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA**Número do Contrato: 194/2024****Processo Administrativo: 142/2024**

Inexigibilidade nº 07/2024; Contratante: Município de Caçapava. Contratada: MICHELE DE ARAÚJO, CPF: 846.204.201-15; Objeto: “APRESENTAÇÃO MUSICAL (BANDA COM 4 INTEGRANTES) no estilo pop, Rock, MPB, Anos 80 e Romântico”; Prazo de Vigência: 12 (doze) meses a partir de sua assinatura; Valor: R\$ 1.005,47, por evento efetivamente realizado; Data de assinatura: 02/10/2024.

EXTRATO DE CONTRATO – MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA**Número do Contrato: 195/2024****Processo Administrativo: 142/2024**

Inexigibilidade nº 07/2024; Contratante: Município de Caçapava. Contratada: DENISE DE ALMEIDA, CPF: 372.150.568-99; Objeto: “Oficina – Jogos e Brincadeira, Artes Visuais e Musicalização”; Prazo de Vigência: 12 (doze) meses a partir de sua assinatura; Valor: R\$ 399,35, por evento efetivamente realizado; Data de assinatura: 02/10/2024.

EXTRATO DE CONTRATO – MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA**Número do Contrato: 196/2024****Processo Administrativo: 142/2024**

Inexigibilidade nº 07/2024; Contratante: Município de Caçapava. Contratada: NARRIÊ LEITE NUNES LIMA DE OLIVEIRA, CPF: 455.574.938-32; Objeto: “Apresentação Musical – dupla, estilo MPB, Pop Nacional e Internacional, Xote e Rock”; Prazo de Vigência: 12 (doze) meses a partir de sua assinatura; Valor: R\$ 784,39, por evento efetivamente realizado; Data de assinatura: 02/10/2024.

EXTRATO DE CONTRATO – MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA

Número do Contrato: 214/2024

Processo Administrativo: 142/2024

Inexigibilidade nº 07/2024; Contratante: Município de Caçapava. Contratada: EDUARDO GABRIEL MOREIRA BARROS, CPF: 504.723.828-88; Objeto: “Apresentação Musical – MC (solo), estilo Rap, Funk, Mc/ Hip Hop”; Prazo de Vigência: 12 (doze) meses a partir de sua assinatura; Valor: R\$ 502,90, por evento efetivamente realizado; Data de assinatura: 25/10/2024.

EXTRATO DE CONTRATO – MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA

Número do Contrato: 223/2024

Processo Administrativo: 7309/2024

Concorrência Eletrônica nº 004/2024; Contratante: Município de Caçapava. Contratada: CONSÓRCIO ERAGUILERA I, CNPJ/MF: 58.419.810/0001-67; Objeto: “CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUTAR OBRAS DE ENGENHARIA PARA URBANISMO, ADEQUAÇÃO E CONTROLE DE VAZÃO DA SUB-BACIA HIDROGRÁFICA DO RIBEIRÃO MANOEL LITO”; Prazo de Vigência: 08 (oito) meses, a partir do recebimento da Ordem de Serviço e por todo período de execução do objeto, até sua aceitação e respectivo pagamento; Valor: R\$ 24.450.000,00; Data de assinatura: 13/12/2024.



MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA
SECRETARIA DE SAÚDE
VIGILÂNCIA EM SAÚDE

EDITAL DE AUTO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE

A Vigilância Sanitária Municipal, com base no parágrafo único do artigo 91 da Lei Estadual nº 10083/1998, torna publico o(s) auto(s) de imposição de penalidade abaixo:

Auto de Imposição de Penalidade – Processo nº 8935/2024

Autuado: CLÍNICA SIMPATIA – sob responsabilidade técnica de NATÁLIA MARIA TOLEDO DA SILVA, CRO SP nº 123746, CPF nº **8.**0.**8-**, Praça da Bandeira nº 44 – Sobreloja – Centro – Caçapava – SP.

Auto de Infração nº 1300 de 20/11/2024 - por fazer funcionar estabelecimento de assistência à saúde, sem licença dos órgãos sanitários competentes contrariando as normas legais vigentes. Contraria o inciso I do artigo 122 da Lei Estadual nº 10083/1998.

Penalidade: INTERDIÇÃO TOTAL DE ESTABELECIMENTO – Auto de Imposição de Penalidade nº1308.



Rua Professor João Batista Ortiz Monteiro, 345 - Vila Antônio Augusto, Caçapava – SP
CEP 12.287-310 / Tel: (12) 3652-2088 - e-mail: vigilanciasanitariacpv@gmail.com

FUSAM - FUNDAÇÃO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA DO MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA**CNPJ: 50.453.703/0001-43****Edital de Licitação**

Levamos ao conhecimento dos interessados que se encontra reaberta a seguinte modalidade:

Processo Licitatório nº. 148/2024 - Pregão Eletrônico nº. 052/2024 – SRP nº 046/2024 - Objeto – Registro de Preços para Contratação de Empresa para Publicação de Atos Oficiais . Abertura da sessão será pela plataforma: www.novobbmnet.com.br no dia **10/01/2025 às 09h30min.**

Edital completo está disponível nos sites: www.fusam.com.br e www.novobbmnet.com.br.

Caçapava, 16/12/2024. **Janaina Rezende Azevedo Gomes Matias** – Presidente da FUSAM.

EXTRATO DE AVALIAÇÃO DE AMOSTRAS**Pregão Eletrônico nº 074/2024, Processo Interno nº 8933/2024**

Tendo por objeto Aquisição de projeto literário para alunos matriculados no ensino fundamental, anos iniciais de 1º ao 5º ano, além de formação para atendimento dos professores e orientadores pedagógicos da rede municipal de ensino, conforme condições estabelecidas no instrumento convocatório e anexos, consoante com a manifestação da Diretora de Departamento Pedagógico de Ensino, as amostras estão em conformidade com os autores que constam no Termo de Referência.



Município de Caçapava

Estado de São Paulo

LEI Nº 6224, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2024

Projeto de Lei nº 104/2024

Autora: Prefeita Municipal Pétala Gonçalves Lacerda

Aprova o Estatuto do Museu Paulista de Antiguidades Mecânicas

Roberto Lee.

Pétala Gonçalves Lacerda, Prefeita Municipal de Caçapava, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,

Faço saber que a *Câmara Municipal* aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte

L E I n º 6 2 2 4

Art. 1º Fica aprovado o Estatuto do Museu Paulista de Antiguidades Mecânicas Roberto Lee, que passa a ser parte integrante desta Lei.

Art. 2º Fica o Chefe do Executivo autorizado a abrir os créditos necessários e a fazer as operações de crédito indicadas para a execução desta Lei.

Art. 3º O Regimento Interno do Museu Paulista de Antiguidades Mecânicas Roberto Lee deverá ser regulamentado por Decreto.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇAPAVA, 16 de dezembro de 2024.

PÉTALA GONÇALVES LACERDA
PREFEITA MUNICIPAL

RUA CAPITÃO CARLOS DE MOURA, 243 – FONE - PABX (12) 3654-6600
CEP 12.280-050 C.N.P.J. 45.189.305/0001-21



Município de Caçapava

Estado de São Paulo



Museu Paulista de Antiquidades Mecânicas Roberto Lee

Estatuto do Museu

Caçapava/SP

¹
RUA CAPITÃO CARLOS DE MOURA, 243 – FONE - PABX (12) 3654-6600
CEP 12.280-050 C.N.P.J. 45.189.305/0001-21



Município de Caçapava

Estado de São Paulo

CAPÍTULO I

DA DENOMINAÇÃO, SEDE, TEMPO DE DURAÇÃO E FINALIDADE

Art. 1º Fica criado o Museu Paulista de Antiguidades Mecânicas Roberto Lee, unidade da Administração Pública do Município de Caçapava vinculado à Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, e tem como missão promover a interação da sociedade com o patrimônio cultural do município, através da preservação, pesquisa e documentação do acervo e da fruição dos bens culturais sob a responsabilidade da instituição, bem como proporcionar o intercâmbio cultural com outras instituições museológicas do Estado de São Paulo, do país e do exterior, além de centros de pesquisa multidisciplinares e instituições educacionais, atuando para fomentar a atividade turística e socioeconômica do município.

§ 1º O Museu Paulista de Antiguidades Mecânicas Roberto Lee, poderá utilizar a denominação “Museu Roberto Lee”, e da sigla “M.R.L.”.

§ 2º O Museu Paulista de Antiguidades Mecânicas Roberto Lee ficará sediado no Centro Educacional, Cultural e Esportivo “José Francisco Natali”, localizado na Avenida Dr. José de Moura Resende, 475 - Vera Cruz - Caçapava/SP - CEP: 12287650, até que o antigo prédio da Fazenda Esperança fique adequado aos padrões de funcionamento, quando então deverá retornar a sua sede original.

Art. 2º O Museu Paulista de Antiguidades Mecânicas Roberto Lee terá como missão promover a interação da sociedade com o patrimônio cultural do município, através da preservação, pesquisa e documentação do acervo e da fruição dos bens culturais sob a responsabilidade da instituição, bem como proporcionar o intercâmbio cultural com outras instituições museológicas do Estado de São Paulo, do país e do exterior, além de centros de pesquisa multidisciplinares e instituições educacionais, atuando para fomentar a atividade turística e socioeconômica do município.

Art. 3º São objetivos do “Museu Roberto Lee”:

I - manter um espaço permanente para reserva técnica e exposições de veículos antigos e antiguidades mecânicas, com acervo rotativo e permanente;

2
RUA CAPITÃO CARLOS DE MOURA, 243 – FONE - PABX (12) 3654-6600
CEP 12.280-050 C.N.P.J. 45.189.305/0001-21



Município de Caçapava

Estado de São Paulo

II - adquirir, por meio de compra, legado, empréstimo, comodato e doação, bens relacionados a antiguidades mecânicas de variados gêneros;

III - garantir a preservação e a segurança do acervo e das instalações sob a guarda da instituição;

IV - manter documentação sistematicamente organizada e atualizada sobre os bens culturais que integram seu acervo, na forma de registro e inventários;

V - realizar a difusão dos acervos e a divulgação institucional por meio de exposições, publicações técnico-científicas, ações educativas e atividades culturais correlatas utilizando diferentes veículos de comunicação social;

VI - organizar estudos de perfil de público, diagnóstico de participação e avaliações periódicas, objetivando a progressiva melhoria da qualidade de seu funcionamento e o atendimento às necessidades de seus visitantes;

VII - promover a capacitação e aperfeiçoamento sistemático de seu corpo funcional para o desempenho de atividades museológicas;

VIII - promover atividades de integração, intercâmbio e parcerias institucionais, profissionais e pesquisadores de áreas afins nacionais e internacionais;

IX - garantir a acessibilidade universal a visitantes e funcionários;

X - fomentar o turismo, a cultura, a defesa e a conservação do patrimônio cultural da comunidade que representa;

XI - valorizar o patrimônio cultural do município, reforçando as conexões da memória local com os espaços públicos e com os indivíduos;

XII - fomentar processos amplos e qualificados de formação de público e de comunicação relacionados às antiguidades mecânicas;

3

RUA CAPITÃO CARLOS DE MOURA, 243 – FONE - PABX (12) 3654-6600
CEP 12.280-050 C.N.P.J. 45.189.305/0001-21



Município de Caçapava

Estado de São Paulo

XIII - desenvolver programação cultural relacionada com antiguidades mecânicas por meio de ações educativas com ênfase na fruição cultural.

CAPÍTULO II

DOS RECURSOS, MANTENEDORES E PATROCINADORES

Art. 4º Para alcançar seus objetivos o Museu Paulista de Antiguidades Mecânicas Roberto Lee poderá:

I - firmar convênios e/ou parcerias com pessoas físicas e jurídicas, públicas e privadas, nacionais e internacionais, com o objetivo de promover ações e projetos relacionados ao tema;

II - celebrar convênios e/ou parcerias com órgãos das esferas Municipais, Estaduais e Federais, para o desenvolvimento dos projetos educacionais que envolvam a rede Municipal, Estadual e Federal de ensino e a comunidade.

Art. 5º O Museu Paulista de Antiguidades Mecânicas Roberto Lee será vinculado à Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer, que proverá suas necessidades financeiras, materiais e de recursos humanos, diretamente ou através de parcerias.

Art. 6º Para o cumprimento dos objetivos do Museu, na forma da lei, o Executivo poderá celebrar convênio com Governo Estadual e Governo Federal, assim como também parcerias com órgãos e fundações ligados à indústria automobilística, clubes, associações, organizações sociais, organizações não governamentais e Federações de Automobilismo que estejam legalmente registrados.

Parágrafo único. O aporte de recursos por empresas, poderá se dar em contrapartida à veiculação de publicidade e propaganda nos espaços do museu.

CAPÍTULO III

DA ADMINISTRAÇÃO

4
RUA CAPITÃO CARLOS DE MOURA, 243 – FONE - PABX (12) 3654-6600
CEP 12.280-050 C.N.P.J. 45.189.305/0001-21



Município de Caçapava

Estado de São Paulo

Art. 7º O M.R.L. manterá funcionários devidamente qualificados, observada a legislação vigente.

Parágrafo único. A Secretaria Municipal de Cultura e Turismo garantirá a disponibilidade de funcionários qualificados e em número suficiente para cumprimento das finalidades do museu.

Art. 8º O “Museu Roberto Lee” deverá dispor de instalações adequadas ao cumprimento das funções necessárias, bem como ao bem-estar dos usuários e funcionários.

Art. 9º Compete à direção do museu assegurar o seu bom funcionamento, o cumprimento do plano museológico por meio de funções especializadas, planejar e coordenar a execução do plano anual de atividades.

Art. 10. O Museu garantirá a conservação e a segurança do seu acervo.

Parágrafo único. Os programas, as normas e os procedimentos de preservação, conservação e restauração serão elaborados em conformidade com a legislação vigente.

Art. 11. As ações de preservação, conservação ou restauração que impliquem dano irreparável ou destruição de bens culturais do Museu, serão puníveis nas esferas cível, penal e administrativa, na forma da lei.

Parágrafo único. Todo e quaisquer projetos de intervenção e/ ou restauro, incluindo retirada do acervo, deverá ser aprovada pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo (CONDEPHAT).

Art. 12. O M.R.L. deve dispor das condições de segurança indispensáveis para garantir a proteção e a integridade dos bens culturais sob sua guarda, das instalações, dos funcionários e usuários.

Parágrafo único. O M.R.L. disporá de Programa de Segurança, periodicamente testado para prevenir e neutralizar perigos.

5

RUA CAPITÃO CARLOS DE MOURA, 243 – FONE - PABX (12) 3654-6600
CEP 12.280-050 C.N.P.J. 45.189.305/0001-21



Município de Caçapava

Estado de São Paulo

Art. 13. À Administração do Museu é facultado estabelecer restrições à entrada de objetos e excepcionalmente de pessoas, desde que devidamente justificado em seu regulamento.

Art. 14. O M.R.L. poderá estabelecer um programa de cooperação com as entidades de segurança pública visando a definição conjunta do Programa de Segurança e da aprovação dos equipamentos de prevenção e neutralização de perigos.

Art. 15. O M.R.L. colaborará com as entidades de segurança pública no combate aos crimes contra a propriedade e tráfico de bens culturais.

Art. 16. O Programa e as regras de segurança do Museu têm natureza confidencial.

SEÇÃO I

DO ESTUDO, DA PESQUISA E DA AÇÃO EDUCATIVA

Art. 17. O estudo e a pesquisa devem fundamentar as ações desenvolvidas pelo Museu, no cumprimento das suas múltiplas competências, norteadas pela política de aquisições e descartes, a identificação e caracterização dos bens culturais incorporados ou incorporáveis e as atividades com fins de documentação, conservação, interpretação, exposição e educação.

Parágrafo único. O M.R.L. poderá promover estudos de público, diagnóstico de participação e avaliações periódicas objetivando a progressiva melhoria da qualidade de seu funcionamento e o atendimento às necessidades dos visitantes.

Art. 18. O M.R.L. poderá promover ações educativas, fundamentadas no respeito à diversidade cultural e na participação comunitária, contribuindo para ampliar o acesso da sociedade às manifestações culturais e ao patrimônio material e imaterial da Nação.

Art. 19. O M.R.L. poderá disponibilizar oportunidades de prática profissional aos estabelecimentos de ensino públicos ou privados que ministrem oficinas-escola, realizando parcerias nos campos disciplinares relacionados às funções museológicas e à sua vocação.

6
RUA CAPITÃO CARLOS DE MOURA, 243 – FONE - PABX (12) 3654-6600
CEP 12.280-050 C.N.P.J. 45.189.305/0001-21



Município de Caçapava

Estado de São Paulo

SEÇÃO II

DA DIFUSÃO CULTURAL E DO ACESSO AO MUSEU

Art. 20. As ações de comunicação constituem formas de se fazer conhecer os bens culturais incorporados ou depositados no Museu, propiciando o acesso público.

Parágrafo único. O M.R.L. regulamentará o acesso público aos bens culturais, levando em consideração as condições de conservação e segurança, podendo cobrar ingressos respeitando-se a meia entrada e as demais garantias da legislação em vigor.

Art. 21. O M.R.L. poderá elaborar e implementar programas de exposições adequados à sua vocação e tipologia, com a finalidade de promover acesso aos bens culturais e estimular a reflexão e o reconhecimento do seu valor simbólico.

Art. 22. O M.R.L. poderá autorizar ou produzir publicações sobre temas vinculados a seus bens culturais e peças publicitárias sobre seu acervo e suas atividades.

§ 1º Serão garantidos a qualidade, a fidelidade e os propósitos científicos e educativos do material produzido, sem prejuízo dos direitos autorais.

§ 2º Todas as réplicas e demais cópias serão assinaladas como tais, de modo a evitar que sejam confundidas com os objetos ou espécimes originais.

Art. 23. A política de gratuidade ou onerosidade do ingresso e a eventual comercialização de bens ou serviços no interior do Museu será estabelecida pela municipalidade, de acordo com resolução própria emitida pelo Conselho Municipal de Cultura, respeitada a diversidade do público visitante.

Art. 24. O M.R.L. caracterizar-se-á pela acessibilidade universal dos diferentes públicos, na forma da legislação vigente.

Art. 25. As estatísticas de visitantes do Museu serão enviadas ao Conselho Municipal de Cultura, na forma fixada pela referida entidade, ou quando solicitadas.

7
RUA CAPITÃO CARLOS DE MOURA, 243 – FONE - PABX (12) 3654-6600
CEP 12.280-050 C.N.P.J. 45.189.305/0001-21



Município de Caçapava

Estado de São Paulo

Art. 26. O Museu deverá disponibilizar um livro de sugestões e reclamações disposto de forma visível na área de acolhimento dos visitantes.

Art. 27. O M.R.L. poderá realizar eventos para difusão de seu acervo, no qual deverá, obrigatoriamente, pertencer às atividades museológicas, da cultura antigomobilista e/ou caráter educacional.

§ 1º Os eventos realizados no espaço do M.R.L. devem estar diretamente relacionados a cultura do antigomobilismo. Isso inclui festivais, encontros de colecionadores e outras atividades que promovam a preservação, valorização e divulgação da história do patrimônio dos veículos antigos.

§ 2º As atividades realizadas no museu devem estar alinhadas com a missão e os objetivos institucionais, preservando a integridade e a missão dos valores, bem como atividades educativas e culturais que promovam a preservação, a pesquisa e a comunicação.

§ 3º Todos os eventos propostos deverão ser submetidos a avaliação prévia de uma comissão designada pelo museu que verificará a conformidade com a legislação vigente. A aprovação será necessária para a realização de quaisquer eventos nas dependências do museu.

§ 4º Fica vedada a realização de eventos por instituições públicas e/ou privadas que não sejam relacionadas diretamente às atividades museológicas, da cultura antigomobilista e/ou caráter educacional.

§ 5º O descumprimento do parágrafo anterior poderá implicar denúncias aos órgãos competentes, como o Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM); Sistema Estadual de Museus (SISEM/SP) e Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo (CONDEPHAT), sob pena de sanções incluindo a suspensão dos eventos e interdição do museu, além de outras medidas cabíveis conforme a legislação vigente.

SEÇÃO III

DO ACERVO DO MUSEU

Art. 28. O Museu deverá formular, aprovar ou propor, política de aquisições e descartes de bens culturais, atualizada periodicamente.

8

RUA CAPITÃO CARLOS DE MOURA, 243 – FONE - PABX (12) 3654-6600
CEP 12.280-050 C.N.P.J. 45.189.305/0001-21



Município de Caçapava

Estado de São Paulo

Art. 29. É obrigação do M.R.L. manter documentação sistematicamente atualizada sobre os bens culturais que integram seu acervo, na forma de registros e inventários.

§ 1º O registro e o inventário dos bens culturais do Museu devem estruturar-se de forma a assegurar a compatibilização com o inventário nacional dos bens culturais.

§ 2º Os bens inventariados ou registrados gozam de proteção com vistas em evitar o seu perecimento ou degradação, a promover sua preservação, segurança, e a divulgar a respectiva existência.

Art. 30. O inventário museológico e outros registros elaborados pelo Museu que identifiquem bens culturais são considerados patrimônio arquivístico de interesse nacional, devendo ser conservados nas respectivas instalações do Museu, de modo a evitar destruição, perda ou deterioração.

Parágrafo único. No caso de extinção do Museu, os seus inventários e registros serão conservados pelo órgão ou entidade sucessora.

Art. 31. A proteção dos bens culturais do Museu se completa pelo inventário nacional, sem prejuízo de outras formas de proteção concorrentes.

§ 1º Entende-se por inventário nacional a inserção de dados sistematizada e atualizada periodicamente sobre os bens culturais existentes no Museu, objetivando a sua identificação e proteção.

§ 2º O inventário nacional dos bens do Museu não terá implicações na propriedade, posse ou outro direito real.

§ 3º O inventário nacional dos bens culturais do Museu é coordenado pela União.

§ 4º Para efeito da integridade do inventário nacional, o Museu responsabilizar-se-á pela inserção dos dados sobre seus bens culturais.

SEÇÃO IV

9
RUA CAPITÃO CARLOS DE MOURA, 243 – FONE - PABX (12) 3654-6600
CEP 12.280-050 C.N.P.J. 45.189.305/0001-21



Município de Caçapava

Estado de São Paulo

DO USO DAS IMAGENS E REPRODUÇÕES DOS BENS CULTURAIS DO MUSEU

Art. 32. O Museu facilitará o acesso à imagem e à reprodução de seus bens culturais e documentos conforme os procedimentos estabelecidos na legislação vigente e nos termos de seu regimento interno.

Parágrafo único. A disponibilização de que trata este artigo será fundamentada nos princípios da conservação dos bens culturais, do interesse público, da não interferência na atividade do Museu e da garantia dos direitos de propriedade intelectual, inclusive imagem, na forma da legislação vigente.

Art. 33. O Museu garantirá a proteção dos bens culturais que constituem seu acervo, tanto em relação à qualidade das imagens e reproduções quanto à fidelidade aos sentidos educacional e de divulgação que lhes são próprios, na forma da legislação vigente.

CAPÍTULO IV

DAS ATIVIDADES

Art. 34. Para o efeito deste estatuto, as atividades realizadas pelo Museu Roberto Lee dividem-se em funções primárias e secundárias.

§ 1º As funções primárias do Museu são as formadas pelos seguintes procedimentos:

- I** - Conservação;
- II** - Investigação;
- III** - Comunicação;
- IV** - Interpretação;
- V** - Exposição, para fins de preservação;
- VI** - Estudo;

10
RUA CAPITÃO CARLOS DE MOURA, 243 – FONE - PABX (12) 3654-6600
CEP 12.280-050 C.N.P.J. 45.189.305/0001-21



Município de Caçapava

Estado de São Paulo

VII - Pesquisa;

VIII - Educação;

IX - Contemplação;

X - Turismo.

§ 2º As funções secundárias são aquelas que se destinam ao cumprimento da rotina administrativa do Museu, com a prática otimizada, dentre outros, dos seguintes atos:

I - Elaboração de documentos;

II - Protocolo;

III - Recebimento e envio de comunicações internas e externas;

IV - Encaminhamento de documentos;

V - Organização de arquivos;

VI - Limpeza das áreas internas;

VII - Serviços de portaria;

VIII - Serviços de segurança.

CAPÍTULO V

O MUSEU E A SOCIEDADE

SEÇÃO I

DO SISTEMA MUNICIPAL DE MUSEUS

Art. 35. É facultado ao Museu Roberto Lee fomentar a criação de um Sistema Municipal de Museus ou aderir a um outro sistema já

11
RUA CAPITÃO CARLOS DE MOURA, 243 – FONE - PABX (12) 3654-6600
CEP 12.280-050 C.N.P.J. 45.189.305/0001-21



Município de Caçapava

Estado de São Paulo

existente, sendo este uma rede organizada de instituições museológicas, baseado na adesão voluntária, configurado de forma progressiva visando a coordenação, articulação, mediação, qualificação e a cooperação entre os museus.

Art. 36. O Município de Caçapava estabelecerá através de lei, denominada Estatuto Municipal dos Museus, normas específicas de organização, articulação e atribuições das unidades museológicas em sistemas de museus, de acordo com os princípios dispostos na Lei Federal nº. 11.904, de 14 de janeiro de 2009.

§ 1º A instalação do sistema municipal de museus será feita de forma gradativa, sempre visando a qualificação dos respectivos museus.

§ 2º O sistema de museus tem por finalidade:

I - apoiar tecnicamente os museus da área disciplinar e temática ou geográfica com eles relacionada;

II - promover a cooperação e a articulação entre os museus da área disciplinar e temática ou geográfica com ele relacionada, em especial com os museus municipais;

III - contribuir para a vitalidade e o dinamismo cultural dos locais de instalação dos museus;

IV - elaborar pareceres e relatórios sobre questões relativas à museologia no contexto de atuação a que estiver adstrito;

V - colaborar com o órgão ou entidade do poder público competente no tocante à apreciação das candidaturas ao Sistema Brasileiro de Museus, na promoção de programas e de atividade e no acompanhamento da respectiva execução.

SEÇÃO II

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 37. Em consonância com o propósito de serviço à sociedade estabelecido neste Estatuto, poderão ser promovidos mecanismos de colaboração com outras entidades públicas e privadas.

12
RUA CAPITÃO CARLOS DE MOURA, 243 – FONE - PABX (12) 3654-6600
CEP 12.280-050 C.N.P.J. 45.189.305/0001-21



Município de Caçapava

Estado de São Paulo

Art. 38. As atividades decorrentes dos mecanismos previstos neste Estatuto serão autorizadas e supervisionadas pela direção do Museu, que poderá suspendê-las caso seu desenvolvimento entre em conflito com o funcionamento normal do Museu.

Art. 39. O Museu Roberto Lee pode promover a criação de uma associação de amigos, sendo esta uma sociedade civil, sem fins lucrativos, constituída na forma da lei civil, que preencha ao menos os seguintes requisitos:

I - constar em seu instrumento de criação com finalidade exclusiva ao apoio, manutenção e incentivo às atividades do Museu, especialmente aquelas destinadas ao público em geral;

II - não restringir a adesão de novos membros, sejam pessoas físicas ou jurídicas;

III - ser vedada a remuneração da diretoria.

Parágrafo único. O reconhecimento da associação de amigos será realizado em ficha cadastral elaborada pelo órgão mantenedor ou entidade competente.

Art. 40. A associação de amigos deverá tornar público seus balanços na forma do seu regulamento.

Art. 41. A associação de amigos do Museu deverá permitir todas verificações determinadas pelos órgãos de controle competentes, prestando os esclarecimentos que lhes forem solicitados, além de serem obrigadas a remeter-lhes anualmente cópias de balanços e dos relatórios do exercício social.

Art. 42. A associação de amigos no exercício de suas funções submeter-se-á à aprovação prévia e expressa da instituição a que se vincule, dos planos, dos projetos e das ações.

Art. 43. A associação poderá reservar até dez por cento da totalidade dos recursos por ela recebido e gerado para a sua própria administração e manutenção, sendo o restante revertido para o “Museu Roberto Lee”.



Município de Caçapava

Estado de São Paulo

LEI Nº 6225, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2024

Projeto de Lei nº 109/2024

Autora: Prefeita Municipal Pétala Gonçalves Lacerda

Altera a Lei nº 6.046, de 27 de abril de 2023, que dispõe sobre os Cargos e Salários da Fundação de Saúde e Assistência do Município de Caçapava - SP e dá outras providências

Pétala Gonçalves Lacerda, Prefeita Municipal de Caçapava, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,

Faço saber que a **Câmara Municipal** aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte

L E I n º 6 2 2 5

Art. 1º. Fica incluído no Anexo III da Lei Municipal nº 6.046, de 27 de abril de 2023, que dispõe sobre os Cargos e Salários da Fundação de Saúde e Assistência do Município de Caçapava - FUSAM, a descrição dos cargos de PSICÓLOGO e ANALISTA DE CONTROLADORIA, passando a vigorar com a seguinte redação:

“ANEXO III

DESCRIÇÃO DE CARGOS			
FUNÇÃO	PSICÓLOGO	CBO	251520
DEPARTAMENTO	EQUIPE MULTI.	ESCOLARIDADE	ENSINO SUPERIOR EM PSICOLOGIA
A QUEM SE REPORTA	DIR. ASSISTENCIAL	NATUREZA	EMPREGO PERMANENTE
QUALIF. PROFISSIONAL	ENSINO SUPERIOR EM PSICOLOGIA E REGISTRO NO CONSELHO DE CLASSE		
DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE: Atua em instituições de saúde, participando da prestação de serviços de nível secundário ou terciário da atenção a saúde. Atende a pacientes, familiares e/ou responsáveis pelo paciente; membros da comunidade dentro de sua área de atuação; membros da equipe multiprofissional e eventualmente administrativa, visando o bem-estar físico e emocional do paciente; e, alunos e pesquisadores, quando estes estejam atuando em pesquisa e assistência. Oferece e desenvolve atividades em diferentes níveis de tratamento, tendo como sua principal tarefa a avaliação e acompanhamento de intercorrências psíquicas dos pacientes que estão ou serão submetidos a procedimentos médicos, visando basicamente a promoção e/ou a recuperação da saúde física e mental. Promove intervenções direcionadas à relação médico/paciente, paciente/família, e paciente/paciente e do paciente em relação ao processo do adoecer, hospitalização e repercussões emocionais que emergem neste processo. O acompanhamento			

RUA CAPITÃO CARLOS DE MOURA, 243 – FONE - PABX (12) 3654-6600
CEP 12.280-050 C.N.P.J. 45.189.305/0001-21



Município de Caçapava

Estado de São Paulo

pode ser dirigido a pacientes em atendimento clínico ou cirúrgico, nas diferentes especialidades médicas. Podem ser desenvolvidas diferentes modalidades de intervenção, dependendo da demanda e da formação do profissional específico; dentre elas ressaltam-se: atendimento psicoterapêutico; grupos psicoterapêuticos; grupos de psicoprofilaxia; atendimentos em ambulatório e Unidade de Terapia Intensiva; pronto atendimento; enfermarias em geral; psicomotricidade no contexto hospitalar; avaliação diagnóstica; psicodiagnóstico; consultoria e interconsultoria. No trabalho com a equipe multidisciplinar, preferencialmente interdisciplinar, participa de decisões em relação à conduta a ser adotada pela equipe, objetivando promover apoio e segurança ao paciente e família, aportando informações pertinentes a sua área de atuação, bem como na forma de grupo de reflexão, no qual o suporte e manejo estão voltados para possíveis dificuldades operacionais e/ou subjetivas dos membros da equipe.

DESCRIÇÃO DE CARGOS			
FUNÇÃO	ANALISTA DE CONTROLADORIA	CBO	2522-10
DEPARTAMENTO		ESCOLARIDADE	ENSINO SUPERIOR
A QUEM SE REPORTA	PRESIDÊNCIA	NATUREZA	EMPREGO PERMANENTE
QUALIF. PROFISSIONAL	SUPERIOR COMPLETO EM DIREITO, ADMINISTRAÇÃO, ECONOMIA OU CIÊNCIAS CONTÁBEIS; CARTEIRA DE MOTORISTA CATEGORIA "B" OU SUPERIOR		
DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE: Fiscalizar os departamentos administrativos quanto ao cumprimento das leis, normas, o plano plurianual e o orçamento do Município; avaliar o correto uso dos recursos e o alcance dos objetivos; analisar a legalidade e confiabilidade dos relatórios, operações, informações e avaliar a execução e o cumprimento dos contratos, convênios, acordos e ajustes; acompanhar a implementação das recomendações da Câmara Municipal, Tribunal de Contas do Estado, Controladoria Geral da União e Tribunal de Contas da União; realizar tomada de contas especial em casos de fraude, desvio ou aplicação irregular de recursos públicos; participar da elaboração do Plano e Relatório Anual de Atividades; apoiar o controle externo; dirigir eventualmente veículo da FUSAM para cumprimento de suas tarefas.			
<ul style="list-style-type: none">- Fiscalizar permanentemente órgãos e entidades da administração municipal, quanto ao cumprimento das leis, normas de orientação financeira e outros normativos, inclusive os oriundos do próprio governo municipal, na execução dos planos, programas, projetos e atividades que envolvam aplicação de recursos públicos;- Verificar e controlar, periodicamente, os limites e condições relativas às operações de crédito, assim como os procedimentos e normas sobre restos a pagar e sobre despesas com pessoal nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal e do Sistema de Controle Interno;- Avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos;- Avaliar se os recursos estão sendo usados eficientemente e se os objetivos operacionais estão sendo alcançados;- Analisar, de acordo com os acontecimentos das diversas atividades, dos vários relatórios e registros sobre as operações, considerando se tais relatórios são reais, úteis e apresentam informações completas e atualizadas;- Avaliar periodicamente os controles internos, visando o seu fortalecimento, a fim de evitar erros, fraudes e desperdícios;- Elaborar normas complementares e operacionais no âmbito da competência do órgão gestor do controle interno;- Examinar as prestações de contas dos setores;- Avaliar a execução e o cumprimento dos contratos, convênios, acordos e ajustes de qualquer			

RUA CAPITÃO CARLOS DE MOURA, 243 – FONE - PABX (12) 3654-6600
CEP 12.280-050 C.N.P.J. 45.189.305/0001-21



Município de Caçapava

Estado de São Paulo

natureza;

- Acompanhar a implementação das recomendações da Câmara Municipal, Tribunal de Contas do Estado, Controladoria Geral da União e Tribunal de Contas da União;
- Realizar tomada de contas especial em casos de fraude, desvio ou aplicação irregular de recursos públicos, mediante ordem de serviço;
- Participar da elaboração do Plano e Relatório Anual de Atividades, nos prazos estabelecidos no cronograma de atividades;
- Apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional;
- Dar ciência ao superior imediato, de qualquer irregularidade ou ilegalidade de que tiver conhecimento, sob pena de responsabilidade solidária;
- Dirigir veículo da FUSAM quando necessário ao cumprimento de suas tarefas;
- Realizar outras atribuições compatíveis com o cargo ou solicitadas pelo superior.

No momento da investidura comprove que nos últimos 5 (cinco) anos:

- I - não tenha sido responsabilizado por atos julgados irregulares, de forma definitiva, por Tribunal de Contas;
- II - não tenha sido punido, por decisão da qual não caiba recurso na esfera administrativa, em processo disciplinar, por ato lesivo ao patrimônio público, em qualquer esfera de governo;
- III - não tenha sido condenado em processo por prática de crime contra a Administração Pública, capitulados no Código Penal, ou por ato de improbidade administrativa.

São deveres dos Analistas de Controladoria, além dos inerentes aos demais servidores públicos da FUSAM:

- I - resguardar, em sua conduta, a honra e a dignidade de sua função, em harmonia com a preservação da boa imagem institucional;
- II - manter-se atualizados com as instruções, normas de serviço e legislação pertinentes às atividades de controle interno;
- III - cumprir, rigorosamente, os prazos estabelecidos para realização dos trabalhos que lhes forem atribuídos;
- IV - aplicar o máximo de cuidado e zelo na realização dos trabalhos e na exposição de suas recomendações e conclusões, mantendo conduta imparcial;
- V - respeitar e assegurar o sigilo relativo às informações obtidas durante seu trabalho, não as divulgando, sob qualquer circunstância, para terceiros, sem autorização expressa da autoridade superior, mesmo após a conclusão dos trabalhos.

(NR)''

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇAPAVA, 16 de dezembro de 2024.

PÉTALA GONÇALVES LACERDA
PREFEITA MUNICIPAL

RUA CAPITÃO CARLOS DE MOURA, 243 – FONE - PABX (12) 3654-6600
CEP 12.280-050 C.N.P.J. 45.189.305/0001-21



Município de Caçapava

Estado de São Paulo

LEI Nº 6226, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2024

Projeto de Lei nº 114/2024

Autora: Prefeita Municipal Pétala Gonçalves Lacerda

Altera a Lei Municipal nº 4996, de 22 de dezembro de 2010, que dispõe sobre a qualificação de entidades como organizações sociais.

Pétala Gonçalves Lacerda, Prefeita Municipal de Caçapava, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,

Faço saber que a *Câmara Municipal* aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte

L E I n º 6 2 2 6

Art. 1º. Fica alterado o Art. 11 da Lei Municipal nº 4996, de 22 de dezembro de 2010, que dispõe sobre a qualificação de entidades como organizações sociais, passando a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 11

.....

§ 4º. Poderão ser suportadas com recursos vinculados ao contrato de gestão, entre outras despesas:

I - o provisionamento de recursos para suportar as verbas rescisórias quando do encerramento do contrato de gestão, a ser mantido em conta específica e exclusiva;

II - possibilidade de o contrato de gestão estabelecer que a organização social pratique reserva técnica de até 15% (quinze por cento) da parcela mensal repassada para formação de reserva destinada a contingências de natureza incerta e a provisões relacionadas à execução e ao encerramento contratual.

RUA CAPITÃO CARLOS DE MOURA, 243 – FONE - PABX (12) 3654-6600
CEP 12.280-050 C.N.P.J. 45.189.305/0001-21



Município de Caçapava

Estado de São Paulo

§ 5º. Alternativamente à faculdade prevista no inciso I do § 4º, deste artigo, o Contrato de Gestão poderá conter disposição expressa que estabeleça:

I - a sucessão de uma organização social por outra, quando do advento do termo final do Contrato de Gestão, sub-roga à sucessora os haveres e deveres da sucedida a partir da assinatura do novo Contrato de Gestão e, havendo sucessão, serão transferidas à sucessora da Contratada as obrigações trabalhistas decorrentes do Contrato de Gestão findo que sejam relativas a férias, décimo terceiro salário e seus reflexos, que se refiram aos empregados da sucedida que tenham aderido, na sucessão, à sucessora; ou

II - no caso de encerramento do contrato de gestão em razão do advento do prazo de vigência contratual:

a) o custo de desmobilização, incluindo aquele relativo à dispensa de pessoal contratado pela contratada para execução do Contrato de Gestão, será pago pela contratante num prazo de até 180 (cento e oitenta) dias, mediante a prestação de contas final; e

b) após novo chamamento público, em havendo a continuidade da prestação dos serviços pela mesma entidade contratada, não caberá a realização de repasse de recursos financeiros destinados à rescisão.” (NR)

Art. 2º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇAPAVA, 16 de dezembro de 2024.

PÊTALA GONÇALVES LACERDA
PREFEITA MUNICIPAL

RUA CAPITÃO CARLOS DE MOURA, 243 – FONE - PABX (12) 3654-6600
CEP 12.280-050 C.N.P.J. 45.189.305/0001-21



Município de Caçapava

Estado de São Paulo

LEI Nº 6227, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2024

Projeto de Lei nº 115/2024

Autora: Prefeita Municipal Pétala Gonçalves Lacerda

Institui gratificação mensal aos servidores públicos integrantes da Comissão Permanente de Apuração de Responsabilidade - CPAR.

Pétala Gonçalves Lacerda, Prefeita Municipal de Caçapava, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,

Faço saber que a ***Câmara Municipal*** aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte

L E I n º 6 2 2 7

Art. 1º Fica instituída gratificação mensal destinada aos servidores públicos do Município de Caçapava - SP que integrem a Comissão Permanente de Apuração de Responsabilidade - CPAR, nos termos desta Lei e conforme a disponibilidade orçamentária do Município.

Art. 2º A gratificação prevista nesta Lei corresponderá a 20% (vinte por cento) do salário-base do servidor, por mês, sendo vedada a sua cumulatividade com outras gratificações.

Parágrafo único. A gratificação não será concedida aos servidores que já ocupem cargos ou funções que impliquem o pagamento de outra gratificação, seja por função, cargo em comissão ou qualquer outra vantagem remuneratória.

Art. 3º A gratificação será suspensa automaticamente quando o servidor deixar de integrar a Comissão.

Art. 4º Em nenhuma hipótese a gratificação instituída por esta Lei se incorporará no salário-base ou será utilizado como base de cálculo para qualquer outra vantagem remuneratória, não incorporará os vencimentos do servidor, inclusive o 13º salário (décimo terceiro salário), FGTS, férias e hora-extra.

RUA CAPITÃO CARLOS DE MOURA, 243 – FONE - PABX (12) 3654-6600
CEP 12.280-050 C.N.P.J. 45.189.305/0001-21



Município de Caçapava

Estado de São Paulo

Art. 5º A concessão da gratificação fica a critério do Chefe do Executivo Municipal, observados os limites orçamentários e a disponibilidade financeira, devendo ser formalmente autorizada conforme as necessidades do Município.

Art. 6º Esta Lei entrará em vigor 90 (noventa) dias após sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇAPAVA, 16 de dezembro de 2024.

PÊTALA GONÇALVES LACERDA
PREFEITA MUNICIPAL

RUA CAPITÃO CARLOS DE MOURA, 243 – FONE - PABX (12) 3654-6600
CEP 12.280-050 C.N.P.J. 45.189.305/0001-21



Município de Caçapava

Estado de São Paulo

LEI Nº 6228, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2024

Projeto de Lei nº 116/2024

Autora: Prefeita Municipal Pétala Gonçalves Lacerda

Dispõe sobre o Sistema de Estacionamento Rotativo remunerado de veículos em logradouros públicos do Município e dá outras providências.

Pétala Gonçalves Lacerda, Prefeita Municipal de Caçapava, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,

Faço saber que a ***Câmara Municipal*** aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte

L E I n º 6 2 2 8

CAPÍTULO I

DA IMPLANTAÇÃO DO ESTACIONAMENTO REGULAMENTADO

Art. 1º Fica o Poder Executivo, mediante procedimento licitatório, autorizado a implantar o sistema de Estacionamento Regulamentado de Veículos neste Município, em locais permitidos e previamente determinados nas vias e logradouros públicos, com valor fixado pela Prefeitura de Caçapava.

Art. 2º Esta Lei concede autorização à Prefeitura para explorar direta ou, ainda, firmar Termo de Colaboração com entidades civis, sem fins lucrativos, sediadas neste Município, ou mediante concessão através de Concorrência, visando a execução, administração, exploração e fiscalização dos serviços de sinalização viária e estacionamento regulamentado de veículos, em locais definidos pelo Município, na forma do art. 1º desta Lei.

§ 1º Os serviços de exploração de estacionamento rotativo de veículos em vias e logradouros públicos compreenderão todos aqueles relacionados ao fornecimento, instalação, substituição, conservação e modernização dos equipamentos utilizados no sistema, bem como sinalizações: vertical e horizontal, além de obras necessárias à operacionalização da concessão, ficando a cargo da Concessionária os custos de implantação e operação.

1

RUA CAPITÃO CARLOS DE MOURA, 243 – FONE - PABX (12) 3654-6600
CEP 12.280-050 C.N.P.J. 45.189.305/0001-21



Município de Caçapava

Estado de São Paulo

§ 2º Compete à Secretaria de Defesa e Mobilidade Urbana, nos termos estabelecidos no processo de licitação na modalidade Concorrência, a fiscalização e a regulação das concessões referidas no art. 1º desta Lei, em observância às Leis Federais nºs. 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, e 14.133, de 1º de abril de 2021.

Art. 3º Incumbirá à Concessionária todos os investimentos e despesas, diretas e indiretas, relativas à instalação, administração e operação do sistema de estacionamento e regulamentado através de tíquetes ou cartão magnético, sejam de que natureza forem, durante todo o prazo de concessão.

Art. 4º A delimitação dos períodos contínuos máximos de estacionamento nas áreas abrangidas pelo estacionamento rotativo, será de no máximo 02 (duas) horas e determinadas através de mapas.

§ 1º O enquadramento das vias públicas nas classificações previstas no caput deste artigo será previsto por Decreto, levando-se também em consideração:

I - a existência da predominância de atividades comerciais ou de serviços nas imediações;

II - o deficit na oferta de vagas de estacionamento na via pública; e

III - a necessidade de vagas rotativas.

§ 2º Em situações devidamente justificadas, o Poder Executivo poderá, mediante Decreto, alterar os períodos contínuos máximos de permanência em cada tipo de via abrangida pelo estacionamento rotativo, de forma temporária ou definitiva.

§ 3º A permanência do condutor ou de outra pessoa no interior do veículo não desobriga o pagamento pelo uso do estacionamento rotativo.

CAPÍTULO II

DAS TARIFAS

Art. 5º Os valores das tarifas a serem cobrados do usuário, serão fixados pelo Poder Executivo mediante Decreto e reajustados, pela mesma forma, anualmente, com base no valor da UFESP, possibilitando revisão em qualquer outra época se for constatado desequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão.

Parágrafo único. Na fixação do valor da tarifa a que se refere o caput deste artigo serão considerados:

I - os locais de Estacionamento:



Município de Caçapava

Estado de São Paulo

a) as vias e logradouros públicos a serem abrangidos pelo sistema de Estacionamento Regulamentado de Veículos serão definidos por Decreto.

II - os horários de Funcionamento:

a) os locais destinados para funcionamento do Sistema de Estacionamento Regulamentado serão identificados com placas de estacionamento regulamentado, acrescidas das informações complementares, se necessárias, colocadas em placas abaixo do sinal de regulamentação ou a estas incorporadas, conforme normas e especificações do Conselho Nacional de Trânsito; e

b) as áreas situadas em frente de locais estratégicos que necessitem de parada de emergência, bem como as destinadas a pontos de ônibus, de táxis e de veículo de aluguel, não integrarão as vagas de concessão para o serviço de estacionamento rotativo.

III - o tempo de permanência dos veículos no local de estacionamento; e

IV - as características dos veículos.

Art. 6º Os condutores ou proprietários de veículos estacionados sem pagamento da tarifa, ou com o tempo pago expirado, serão notificados pelas monitoras da Concessionária ou pelos Agentes de Trânsito, e terão o prazo de 10 (dez) minutos a contar do horário da emissão do “Aviso para Pagamento de Tarifa” para efetuarem o pagamento da tarifa; não excedendo o tempo máximo estabelecido na placa de regulamentação.

Parágrafo único. Caso não ocorra o pagamento da tarifa correspondente ao tempo de ocupação do espaço público, conforme descrito no caput deste artigo, o usuário terá, ainda, até o final do expediente do mesmo dia para efetuar o pagamento da “Tarifa para Pagamento Posterior”, respeitando o limite máximo de permanência na mesma vaga de acordo com a Placa de Regulamentação.

CAPÍTULO III

DAS ISENÇÕES

Art. 7º Ficam isentos do pagamento da tarifa previsto nesta Lei:

I - os veículos oficiais da União, do Distrito Federal, dos Estados, dos Municípios e Autarquias, aos conduzidos por Oficiais de Justiça, em diligência judicial, aos veículos conduzidos por Fiscal de Tributos Municipais a serviço da Prefeitura Municipal de Caçapava;



Município de Caçapava

Estado de São Paulo

II - Os veículos destinados ao transporte de passageiros e de carga, quando estacionados nos locais a eles destinados pela Municipalidade, para os fins estabelecidos na legislação em vigor;

III - os veículos de concessionárias de serviço público, quando em execução do serviço, devidamente identificados e sinalizados.

Parágrafo único. A regulamentação de utilização das vagas para os veículos isentos será estabelecida por Decreto Municipal.

CAPÍTULO IV

DOS PRAZOS E DA CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO

Art. 8º A concessão de que trata esta Lei poderá ser outorgada pelo prazo máximo de 10 (dez) anos, renovável por igual período, em havendo interesse das partes, mediante comunicação expressa com 180 (cento e oitenta) dias de antecedência.

§ 1º O prazo da concessão no “caput” deste artigo deverá ser definido no edital de licitação, observado, em cada caso, o estudo de viabilidade econômico-financeira.

§ 2º Cumprido o termo previsto no “caput” deste artigo, as áreas serão restituídas ao Município, com todas as construções, benfeitorias a ela incorporadas, sem nenhum direito de retenção e independentemente de qualquer pagamento ou indenização, podendo o Município delas fazer o uso que entender conveniente, de forma direta ou por intermédio de terceiros.

Art. 9º A exploração do estacionamento em vias e logradouros públicos deverá ser feita por meio de equipamentos eletrônicos, controle automatizado e informatizado de coleta e expedidores de tíquetes que permitam total controle da arrecadação, aferição imediata de receitas e auditorias permanentes por parte do poder concedente.

Art. 10 A Concessionária, pelos seus prepostos, exercerá o monitoramento do Sistema de Estacionamento Regulamentado, orientando os usuários sobre os procedimentos e formas de utilização, bem como, controlando e enviando as informações sobre os tíquetes eletrônicos emitidos, “ausência de tíquetes” e/ou “tíquetes vencidos”; para acompanhamento e fiscalização do Departamento de Mobilidade Urbana e da Secretaria de Defesa e Mobilidade Urbana.

Art. 11 As máquinas a serem implantadas deverão assegurar, obrigatoriamente, perfeito resguardo e preservação dos passeios públicos e da vegetação de porte arbóreo existente nos locais de estacionamento.

4

RUA CAPITÃO CARLOS DE MOURA, 243 – FONE - PABX (12) 3654-6600
CEP 12.280-050 C.N.P.J. 45.189.305/0001-21



Município de Caçapava

Estado de São Paulo

Art. 12 Na impossibilidade de preservação dos passeios públicos e da vegetação, a Concessionária ficará obrigada a reconstituí-los às suas expensas, de acordo com as exigências da Prefeitura.

CAPÍTULO V

DO EDITAL DE CONCORRÊNCIA, TERMOS DE COLABORAÇÃO E CONTRATUAL

Art. 13 No Edital de Concorrência, Termos de Colaboração e Contratual a serem firmados com o vencedor do certame licitatório, constarão, além das exigências estabelecidas na legislação pertinente, entre outras cláusulas indispensáveis ao tipo de procedimento, as seguintes condições:

I - a Concessionária deverá apresentar, para aprovação dos órgãos técnicos, os projetos para implantação das máquinas que deverão atender as diretrizes especiais a serem fixadas pela Prefeitura;

II - o objeto e a área da concessão, conforme estabelecido nesta Lei e em Decreto Regulamentar;

III - as condições de exploração dos estacionamentos, inclusive, com previsão de regras e parâmetros de arrecadação e aferição de receitas, além de auditorias para acompanhamento e controle;

IV - a obrigatoriedade, forma e a periodicidade do pagamento devido ao Poder Executivo Municipal e da prestação de contas da Concessionária;

V - a Concessionária tomará providências e adotará medidas para garantir a regular, adequada e satisfatória operação do sistema, tais como gerenciamento, treinamento de pessoal, fornecimento de uniformes, equipamentos, materiais de consumo, combustível, impressos, confecções de placas de sinalização, aquisição de veículos para o monitoramento e controle, além de outros gastos decorrentes de atividade correlatas a serem desenvolvidas;

VI - prazo para conclusão dos serviços de implantação do estacionamento regulamentado;

VII - a Concessionária suportará todas as despesas com projetos, materiais, mão de obra, despesas de pessoal, encargos financeiros, tributários, previdenciários, relativos à implantação, administração, execução, exploração e fiscalização dos serviços;

5

RUA CAPITÃO CARLOS DE MOURA, 243 – FONE - PABX (12) 3654-6600
CEP 12.280-050 C.N.P.J. 45.189.305/0001-21



Município de Caçapava

Estado de São Paulo

VIII - a Concessionária responsabilizar-se-á por eventuais danos ou prejuízos que venham a ser causados às máquinas implantadas, especialmente nos passeios públicos e em redes de luz, gás, telefone, água e esgoto;

IX - Compete à Concessionária conservar o local e a máquina implantada, em condições de perfeita fruição pelo público e prestar, em caráter permanente, serviço eficiente para os usuários;

X - a Concessionária acatará as determinações da fiscalização da Prefeitura, que acompanhará a implantação das máquinas e sua operação, com poderes para determinar, às expensas da Concessionária, reparos e correções decorrentes de vícios, incorreções ou falha no funcionamento do serviço;

XI - sujeição da Concessionária ao direito de fiscalização do poder Concedente;

XII - eventuais penalidades que possam ser aplicadas à Concessionária pelo descumprimento das normas legais e contratuais para a exploração da concessão; e

XIII - A arrecadação.

CAPÍTULO VI

DAS PENALIDADES

Art. 14 Constituem infrações ao sistema de Estacionamento Regulamentado pago:

I - estacionar o veículo nas áreas regulamentadas sem o pagamento da tarifa correspondente ao tempo de estacionamento;

II - ultrapassar, na mesma vaga, o tempo máximo de estacionamento mencionado nas placas de regulamentação;

III - ocupar vagas especiais destinadas a Idosos, Pessoas com Deficiências e demais áreas privativas com amparo legal, sem portar a identificação fornecida pela Secretaria de Defesa de Mobilidade Urbana.

Art. 15 Aos que infringirem quaisquer dispositivos preconizados nesta Lei e no Decreto Regulamentar, estarão sujeitos às penalidades previstas na legislação de trânsito em vigor.

CAPÍTULO VII

6

RUA CAPITÃO CARLOS DE MOURA, 243 – FONE - PABX (12) 3654-6600
CEP 12.280-050 C.N.P.J. 45.189.305/0001-21



Município de Caçapava

Estado de São Paulo

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 16 À Concessionária e à Prefeitura não caberá qualquer responsabilidade por acidente, furto, prejuízos de qualquer natureza ou danos ocasionados aos veículos que se encontrem nos locais destinados ao Estacionamento Rotativo Regulamentado neste Município.

Art. 17 Fica autorizada à Concessionária do Sistema de Estacionamento Rotativo Regulamentado solicitar apoio à autoridade de trânsito competente, se necessário, para realizar a remoção de veículo estacionado irregularmente.

Art. 18 As despesas com a execução da presente Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

Art. 19 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial, a Lei nº. 3555, de 14 de novembro de 1997.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇAPAVA, 16 de dezembro de 2024.

PÉTALA GONÇALVES LACERDA
PREFEITA MUNICIPAL



Município de Caçapava

1

Estado de São Paulo

LEI Nº 6229, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2024

Projeto de Lei nº 98/2024**Autora: Prefeita Municipal Pétala Gonçalves Lacerda*****Institui o Programa Jovem Aprendiz Municipal no âmbito do Município de Caçapava.***

Pétala Gonçalves Lacerda, Prefeita Municipal de Caçapava, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,

Faço saber que a ***Câmara Municipal*** aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte

L E I n º 6 2 2 9

Art. 1º. Institui o Programa Jovem Aprendiz Municipal no âmbito do Município de Caçapava em conformidade com a Lei Federal nº 10.097, de 19 de dezembro de 2000, que altera a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT.

§ 1º O Programa Jovem Aprendiz Municipal será executado diretamente pelo Município de Caçapava e envolve todos os órgãos da administração direta e indireta do município, por convênio com entidades sem fins lucrativos, que atendam os requisitos desta Lei.

§ 2º Além das entidades envolvidas no parágrafo anterior, o Programa Jovem Aprendiz Municipal destina-se às empresas privadas com quadro de empregados igual ou superior 20 (vinte) empregados que está obrigada a manter a cota mínima de 5% (cinco por cento) a 15% (quinze por cento) de Jovem Aprendiz.

§ 3º É facultada às empresas com menor número de empregados, de que trata o parágrafo anterior, adotar o Programa Jovem Aprendiz Municipal.

§ 4º A empresa que disponibilizar uma cota excedente ao que a lei determina, ganhará um logo ou selo da Prefeitura, no qual poderá ser usado

RUA CAPITÃO CARLOS DE MOURA, 243 – FONE - PABX (12) 3654-6600
CEP 12.280-050 C.N.P.J. 45.189.305/0001-21



Município de Caçapava

2

Estado de São Paulo

em suas mídias e propaganda como EMPRESA PARCEIRA DO JOVEM APRENDIZ MUNICIPAL.

§ 5º As empresas contratadas pela Prefeitura Municipal, em qualquer modalidade de licitação, deverão reservar no mínimo 5% (cinco por cento) de suas vagas de emprego para jovens aprendizes.

CAPÍTULO I

DOS OBJETIVOS

Art. 2º. O Programa Jovem Aprendiz Municipal tem por objetivos:

I - proporcionar aos aprendizes inscritos formação técnico-profissional, que possibilite oportunidade de ingresso no mercado de trabalho;

II - ofertar aos aprendizes condições favoráveis para exercer a aprendizagem profissional e formação pessoal;

III - estimular a inserção, reinserção e manutenção dos aprendizes no sistema educacional, a fim de garantir seu processo de escolarização;

IV - oportunizar ao aprendiz a contribuição no orçamento familiar;

V - fomentar meios que possibilitem ao aprendiz a efetivação do exercício da cidadania.

Art. 3º. Para a consecução dos objetivos de que trata a presente lei fica, portanto, o Poder Executivo autorizado a celebrar convênio, contrato, acordo, ajuste, termo de parceria ou outro instrumento semelhante com entidades sociais sediadas neste município ou em outros municípios, como SENAI, SESI e outras que assistam tais jovens, nos termos do Decreto Federal nº 9.579/2018, e respeitadas as disposições das legislações existentes.

§ 1º A celebração de convênio, contrato, acordo, ajuste, termo de parceria, poderá ser firmada com empresas de outros municípios, desde

RUA CAPITÃO CARLOS DE MOURA, 243 – FONE - PABX (12) 3654-6600
CEP 12.280-050 C.N.P.J. 45.189.305/0001-21



Município de Caçapava

3

Estado de São Paulo

que a realização do Programa Jovem Aprendiz seja efetuada dentro do município de Caçapava ou em outro município em que a empresa está sediada.

§ 2º Deverá ser firmado um Termo específico para cada entidade.

CAPÍTULO II

DAS RESPONSABILIDADES

Art. 4º. Fica sob a responsabilidade do Município de Caçapava, através da Secretaria de Desenvolvimento Social, ou outra Secretaria que o executivo indicar, firmar convênio com entidades sem fins lucrativos ou entidades autorizadas pelo Ministério do Trabalho e Emprego para formação profissional, a execução do "Programa Jovem Aprendiz Municipal", com a finalidade de preparar, encaminhar e acompanhar esses jovens para a inserção no mercado de trabalho e cursos profissionalizantes.

Parágrafo único. As entidades sem fins lucrativos, de que trata o *caput* deste artigo, contratarão os adolescentes e jovens inscritos no programa sob regime de contrato de aprendizagem, observadas as disposições da CLT e da Lei Federal nº 10.097/2000.

CAPÍTULO III

DO APRENDIZ

Art. 5º. O Programa de que trata esta lei será dirigido a adolescentes e jovens com idade entre 14 (catorze) e 24 (vinte e quatro) anos, oriundos de famílias com renda per capita de até um salário-mínimo, que estejam cursando ou concluíram a educação básica ou ensino médio que atendam as seguintes condições:

I - ter concluído ou estar cursando a educação básica ou ensino médio na rede pública municipal ou estadual (regular e supletivo ou especial), ou bolsista integral da rede privada;

RUA CAPITÃO CARLOS DE MOURA, 243 – FONE - PABX (12) 3654-6600
CEP 12.280-050 C.N.P.J. 45.189.305/0001-21



Município de Caçapava

4

Estado de São Paulo

II - não manter qualquer tipo de vínculo empregatício ou de prestação de serviço formal; e

III - comprovar ser residente no Município.

§ 1º A idade máxima prevista no caput deste artigo não se aplica a aprendizes com deficiência.

§ 2º Ao aprendiz com idade inferior a 18 (dezoito) anos é assegurado o respeito à sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento.

§ 3º A contratação de jovens aprendizes deverá atender prioritariamente aos adolescentes entre 14 (quatorze) e 24 (vinte e quatro) anos, exceto quando:

I - as atividades práticas de aprendizagem ocorrerem no interior do estabelecimento, sujeitando os aprendizes a insalubridade ou a periculosidade, sem que se possa elidir o risco ou realizá-las integralmente em ambiente simulado;

II - a natureza das atividades práticas for incompatível com o desenvolvimento físico, psicológico e moral dos adolescentes aprendizes.

Art. 6º. Dentre os jovens que atendam aos critérios descritos no artigo anterior, terão prioridade aqueles que se encontrem em uma das seguintes condições:

I - sejam provenientes de famílias baixa renda;

II - que estejam em situação de vulnerabilidade e/ou exploração de trabalho proibido por lei;

III - pessoas com deficiência, observado o grau de dificuldade e compatibilidade para o exercício das atividades de aprendizagem; e

IV - tenham ou estejam cumprindo Liberdade Assistida, Prestação de Serviços à Comunidade, ou outras medidas sócioeducativas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente e na legislação vigente; sendo analisado caso a caso por uma equipe do CRAS, Centro de Referência da Assistência Social.

CAPÍTULO IV

RUA CAPITÃO CARLOS DE MOURA, 243 – FONE - PABX (12) 3654-6600
CEP 12.280-050 C.N.P.J. 45.189.305/0001-21



Município de Caçapava

5

Estado de São Paulo

DAS ATRIBUIÇÕES E REQUISITOS

Art. 7º. São atribuições gerais do Empregador:

I - estabelecer carga horária compatível com a atividade escolar do adolescente, ressaltando que a carga horária deverá ser de, no máximo, 6 (seis) horas diárias, não excedendo 6 (seis) dias na semana;

II - fornecer ticket refeição e transporte para os aprendizes, quando necessário;

III - proporcionar a segurança, proteção e higiene do trabalho aos adolescentes;

IV - orientar e acompanhar as atividades dos adolescentes;

V - fazer a anotação na CTPS do aprendiz, garantido todos os direitos previstos na legislação vigente.

Art. 8º. Compete às entidades sem fins lucrativos:

I - acompanhar o desenvolvimento e comportamento dos adolescentes em suas atividades laborais;

II - repassar aos adolescentes sua remuneração, quando os mesmos exercerem suas atividades na administração pública;

III - verificar anotações na carteira profissional do adolescente e anotar a sua inserção no programa de trabalho educativo "Jovem Aprendiz Municipal";

IV - acompanhar a vida escolar do adolescente através de declaração de frequência e aproveitamento emitida pela Escola;

V - substituir o adolescente quando solicitado pelo município.

Art. 9º. A duração do trabalho do Jovem Aprendiz não excederá 6 (seis) horas diárias, sendo vedadas a prorrogação e a compensação de jornada.

RUA CAPITÃO CARLOS DE MOURA, 243 – FONE - PABX (12) 3654-6600
CEP 12.280-050 C.N.P.J. 45.189.305/0001-21



Município de Caçapava

6

Estado de São Paulo

Art. 10. O contrato de aprendizagem extinguir-se-á no seu termo ou quando o aprendiz completar 24 (vinte e quatro) anos, ou ainda, antecipadamente, nas seguintes hipóteses:

I - desempenho insuficiente ou inadaptação do aprendiz;

II - falta disciplinar grave;

III - ausência injustificada à escola que implique perda do ano letivo;

IV - a pedido do Jovem Aprendiz.

Art. 11. As férias do aprendiz devem coincidir, preferencialmente, com as férias escolares, sendo vedado ao empregador fixar período diverso daquele definido no programa de aprendizagem.

Art. 12. O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) do município é o órgão responsável por fiscalizar o Programa Jovem Aprendiz Municipal no que se refere ao trabalho dos aprendizes adolescentes.

Art. 13. Para o cumprimento do disposto nesta Lei, a fim de garantir a implementação do Programa "Jovem Aprendiz", as despesas decorrentes correrão por conta de dotação orçamentária municipal, suplementada oportunamente, se necessário, utilizando-se de crédito especial, adicional ou suplementar, a ser aberto em época adequada mediante lei específica.

Art. 14. O Poder Executivo emitirá se necessário, os atos administrativos complementares e/ou suplementares à plena regulamentação desta Lei.

Art. 15. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇAPAVA, 16 de dezembro de 2024.

PÉTALA GONÇALVES LACERDA
PREFEITA MUNICIPAL

RUA CAPITÃO CARLOS DE MOURA, 243 – FONE - PABX (12) 3654-6600
CEP 12.280-050 C.N.P.J. 45.189.305/0001-21



Município de Caçapava

Estado de São Paulo

LEI Nº 6230, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2024

Projeto de Lei nº 101/2024

Autor: Vereador Robson Paiva do Amparo

Denomina “Rodolfo Marcio Scarpel” a via pública que especifica.

Pétala Gonçalves Lacerda, Prefeita Municipal de Caçapava, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,

Faço saber que a *Câmara Municipal* aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte

L E I n º 6 2 3 0

Art. 1º. Fica denominada “Rodolfo Marcio Scarpel” a via pública nº 4 do Loteamento Portal do Lago, localizado no Bairro Sapé I.

Art. 2º. As despesas com a execução da presente Lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 3º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇAPAVA, 16 de dezembro de 2024.

PÉTALA GONÇALVES LACERDA
PREFEITA MUNICIPAL

RUA CAPITÃO CARLOS DE MOURA, 243 – FONE - PABX (12) 3654-6600
CEP 12.280-050 C.N.P.J. 45.189.305/0001-21



Município de Caçapava

Estado de São Paulo

LEI Nº 6231, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2024

Projeto de Lei nº 102/2024

Autor: Vereador Robson Paiva do Amparo

Denomina “Cap. José Luiz Aguiar” a via pública que especifica.

*Pétala Gonçalves Lacerda, Prefeita
Municipal de Caçapava*, Estado de São Paulo,
no uso de suas atribuições legais,

Faço saber que a *Câmara Municipal* aprovou
e eu sanciono e promulgo a seguinte

L E I n º 6 2 3 1

Art. 1º. Fica denominada “Cap. José Luiz Aguiar” a via pública nº 1 do Loteamento Portal do Lago, localizado no Bairro Sapé I.

Art. 2º. As despesas com a execução da presente Lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 3º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇAPAVA, 16 de dezembro de 2024.

PÉTALA GONÇALVES LACERDA
PREFEITA MUNICIPAL

RUA CAPITÃO CARLOS DE MOURA, 243 – FONE - PABX (12) 3654-6600
CEP 12.280-050 C.N.P.J. 45.189.305/0001-21



Município de Caçapava

Estado de São Paulo

LEI Nº 6232, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2024

Projeto de Lei nº 103/2024

Autora: Vereadora Dandara Pereira César Leite Gissoni

Institui a Semana da Cultura Nordestina no Calendário do Município de Caçapava.

Pétala Gonçalves Lacerda, Prefeita Municipal de Caçapava, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,

Faço saber que a ***Câmara Municipal*** aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte

L E I n º 6 2 3 2

Art. 1º. Fica instituída no Município de Caçapava a Semana da Cultura Nordestina, a ser comemorada na primeira quinzena de outubro de cada ano.

Art. 2º. A Semana da Cultura Nordestina tem como objetivos:

I - homenagear e fomentar a cultura nordestina;

II - fomentar o respeito à diversidade cultural e à inclusão social;

III - reconhecer o impacto positivo dos migrantes nordestinos no desenvolvimento cultural, econômico e social de Caçapava.

Art. 3º. As atividades da Semana da Cultura Nordestina poderão ser realizadas em praças, ruas, escolas e centros culturais, desde que haja prévio aviso às autoridades competentes e sejam respeitadas as normas municipais.

Art. 4º. Preferencialmente, na primeira quinzena de outubro de cada ano, o município poderá autorizar atividades comerciais correlatas

RUA CAPITÃO CARLOS DE MOURA, 243 – FONE - PABX (12) 3654-6600
CEP 12.280-050 C.N.P.J. 45.189.305/0001-21



Município de Caçapava

Estado de São Paulo

às festividades em homenagem à data, promovendo a interação entre os moradores de Caçapava.

Art. 5º. A administração poderá buscar parcerias com instituições culturais e educacionais para organizar e realizar as atividades da Semana da Cultura Nordestina.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇAPAVA, 16 de dezembro de 2024.

PÉTALA GONÇALVES LACERDA
PREFEITA MUNICIPAL

RUA CAPITÃO CARLOS DE MOURA, 243 – FONE - PABX (12) 3654-6600
CEP 12.280-050 C.N.P.J. 45.189.305/0001-21



Município de Caçapava

Estado de São Paulo

LEI COMPLEMENTAR Nº 372, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2024

Projeto de Lei Complementar nº 09/2024

Autora: Prefeita Municipal Pétala Gonçalves Lacerda

Dispõe sobre a desafetação e autorização para doação de área de terreno de propriedade do município para a ABESC - Associação Beneficente Soldados em Cristo.

Pétala Gonçalves Lacerda, Prefeita Municipal de Caçapava, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,

Faço saber que a **Câmara Municipal** aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte

LEI COMPLEMENTAR nº 372

Art. 1º. Fica desafetado da categoria de bem de uso comum do povo, para bem dominical, um terreno que constitui parte da Área Institucional 02 do Loteamento denominado Jardim Pitangueiras, com área de 1.484,58m², matriculado no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca sob nº 57.548, com a seguinte descrição Parte da Área Institucional 02 do loteamento "JARDIM PITANGUEIRAS", com frente para a Rua "10", contendo mil quatrocentos e oitenta e quatro e cinquenta e oito decímetros quadrados (1.484,58m²), tem as seguintes medidas e confrontações: Inicia-se a descrição no ponto 06, com frente para a Rua "10", deste segue em linha curva com desenvolvimento de 14,06 metros e raio de 8,00 metros na confluência da Rua "10" com a Rua "4" até o ponto 07; deste segue no alinhamento da Rua "4" por 19,86 metros e azimuth de 86°35'00" até o ponto 7A; daí segue alinhamento da Parte da Área Institucional 02 por 49,18 metros e azimuth de 165°54'22" até o ponto 09; daí segue pelo alinhamento da Parte da Área Institucional 02 por 29,00 metros e azimuth de 255°54'22" até o ponto 5A; deste segue no alinhamento da Rua "10" por 45,00 metros e azimuth de 345°54'22" até o ponto 06, onde teve início e finda essa descrição.

Art. 2º. Fica autorizado o Executivo Municipal a proceder à doação do terreno público descrito no artigo 1º, com cláusula de reversão, à ABESC - Associação Beneficente Soldados em Cristo, inscrita no CNPJ sob o nº 06.963.405/0001-01 sediada na Rua Adhemar Moreira Barbosa, 761, Parque Residencial Eldorado, CEP: 12289-060, para fins de implantação, manutenção e exploração, destinado à realização de atividades sociais a serem prestadas pela entidade.

RUA CAPITÃO CARLOS DE MOURA, 243 – FONE - PABX (12) 3654-6600
CEP 12.280-050 C.N.P.J. 45.189.305/0001-21



Município de Caçapava

Estado de São Paulo

Art. 3º. Da escritura de doação constará obrigatoriamente, em seu teor, que o imóvel alienado reverterá necessariamente ao Patrimônio Público Municipal, nos seguintes casos:

a) quando não se verificar o início da construção dentro de 12 (doze) meses da data da escritura de doação, ou ainda do compromisso;

b) quando não se verificar o término da obra dentro do prazo de 24 (vinte e quatro) meses de seu início;

c) quando não se verificar o funcionamento da Entidade, dentro do prazo de 06 (seis) meses do término da obra;

d) quando se der destinação diversa ao imóvel da constante no Art. 1º desta Lei Complementar, sem autorização expressa do Executivo e Legislativo.

Parágrafo único. Em caso de reversão, os investimentos realizados pelo donatário não serão indenizados pelo Município, incorporando-se aos bens concedidos.

Art. 4º. A donatária, ABESC - Associação Beneficente Soldados em Cristo, se compromete a continuar o desenvolvimento das seguintes atividades já prestadas hoje como contrapartida pela doação do imóvel descrito no Art. 1º desta Lei Complementar:

I - Atividades realizadas por equipe psicossocial, com foco no apoio e acompanhamento das famílias atendidas pela entidade, para o serviço de convivência e fortalecimento de vínculos;

II - Realização de oficinas, com a proposta de inclusão social e promoção de qualidade de vida, incluindo, mas não se limitando, a:

a) Projeto de Dança, com o objetivo de estimular a expressão artística e corporal dos atendidos, e como ferramenta de inclusão e expressão corporal, com ênfase no desenvolvimento de habilidades motoras e sociais;

b) Cantinho da Arte, com atividades voltadas à promoção de arte e cultura, incluindo pintura, escultura e outras formas de expressão artística;

c) Taekwondo, visando à inclusão social, desenvolvimento físico e emocional de crianças e adolescentes.

Parágrafo único. As atividades previstas neste artigo deverão ser realizadas de forma contínua e regular, entre as outras já realizadas pela donatária, como

RUA CAPITÃO CARLOS DE MOURA, 243 – FONE - PABX (12) 3654-6600
CEP 12.280-050 C.N.P.J. 45.189.305/0001-21



Município de Caçapava

Estado de São Paulo

compromisso da execução de atividades sociais relevantes, atendendo à sua função social e ao propósito de beneficiar a comunidade.

Art. 5º. Caberá ao donatário todos os ônus e encargos de conservação e manutenção do imóvel doado.

Art. 6º. Para receber a doação de uso do imóvel descrito na presente Lei Complementar, o donatário não poderá estar em débito com a Fazenda Municipal.

Art. 7º. Fica expressamente vedado à cessionária:

a) transferir, ceder, locar ou sublocar o imóvel objeto da doação, sem prévia e expressa autorização do Executivo e Legislativo.

Art. 8º. As demais normas e condições desta doação de uso poderão ser estabelecidas em registro.

Art. 9º. As despesas do Município decorrentes desta lei complementar são suportadas por dotações orçamentárias próprias.

Art. 10. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇAPAVA, 16 de dezembro de 2024.

PÉTALA GONÇALVES LACERDA
PREFEITA MUNICIPAL

RUA CAPITÃO CARLOS DE MOURA, 243 – FONE - PABX (12) 3654-6600
CEP 12.280-050 C.N.P.J. 45.189.305/0001-21



Município de Caçapava

Estado de São Paulo

LEI COMPLEMENTAR Nº 373, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2024

Projeto de Lei Complementar nº 08/2024

Autora: Prefeita Municipal Pétala Gonçalves Lacerda

Dispõe sobre o desconto para pagamento à vista do IPTU/2025.

Pétala Gonçalves Lacerda, Prefeita Municipal de Caçapava, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,

Faço saber que a *Câmara Municipal* aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte

LEI COMPLEMENTAR Nº 373

Art. 1º Fica concedido o desconto de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU - do exercício de 2025, aos contribuintes que realizarem o pagamento integral até a data do vencimento da parcela única.

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇAPAVA, 16 de dezembro de 2024.

PÉTALA GONÇALVES LACERDA
PREFEITA MUNICIPAL

RUA CAPITÃO CARLOS DE MOURA, 243 – FONE - PABX (12) 3654-6600
CEP 12.280-050 C.N.P.J. 45.189.305/0001-21



Município de Caçapava

Estado de São Paulo

DECRETO Nº 5120, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2024

Dispõe sobre a atualização da Planta Genérica de Valores dos imóveis sujeitos ao Imposto sobre a Propriedade Territorial e Predial Urbana.

Pétala Gonçalves Lacerda, Prefeita Municipal de Caçapava, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o que dispõe o artigo 17, § 2º e o artigo 52, § 2º, todos da Lei nº 1430, de 11 de dezembro de 1970,

Considerando que a variação do IPCA/IBGE no período de dezembro de 2023 a novembro de 2024 foi de 4,87% (quatro vírgula oitenta e sete por cento),

DECRETA

Art. 1º No cálculo do valor venal dos imóveis, para fins de lançamento do Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana para o exercício de 2025, serão empregados os valores médios unitários de metro quadrado de terrenos, edificados ou não, constantes da planta e da listagem de valores, conforme a seguinte tabela:

Correção IPCA-IBGE – Dez/23 a Nov/24 (4,87%)

CÓDIGO	VALOR R\$/m²	CÓDIGO	VALOR R\$/m²	CÓDIGO	VALOR R\$/m²	CÓDIGO	VALOR R\$/m²	CÓDIGO	VALOR R\$/m²
1	3,22	15	95,33	29	187,50	43	279,61	57	371,68
2	9,83	16	101,89	30	194,07	44	286,22	58	378,31
3	16,41	17	108,53	31	200,63	45	292,78	59	384,86
4	22,98	18	115,08	32	207,28	46	299,29	60	391,47
5	29,43	19	121,66	33	213,78	47	305,86	61	398,08
6	36,15	20	128,27	34	220,41	48	312,50	62	404,66
7	42,76	21	134,88	35	226,93	49	319,05	63	411,28
8	49,29	22	141,45	36	233,54	50	325,65	64	417,79
9	55,85	23	148,01	37	240,14	51	332,20	65	424,37
10	62,44	24	154,50	38	246,72	52	338,79	66	430,95
11	68,99	25	161,14	39	253,29	53	345,39	67	437,55
12	75,63	26	167,76	40	259,89	54	351,93	68	444,04
13	82,49	27	174,30	41	266,43	55	358,57	69	450,66
14	88,80	28	180,86	42	272,97	56	365,09	70	457,21

RUA CAPITÃO CARLOS DE MOURA, 243 – FONE - PABX (12) 3654-6600
CEP 12.280-050 C.N.P.J. 45.189.305/0001-21



Município de Caçapava

Estado de São Paulo

Art. 2º No cálculo do valor venal dos imóveis, para fins de lançamento do Imposto sobre Propriedade Predial para o exercício de 2025, serão empregados os valores médios unitários de metro quadrado das construções da seguinte tabela, mantidas a classificação e as especificações estabelecidas pelo Decreto n.º 1169, de 31 de junho de 1969:

TIPO 0 - EDIFÍCIOS RESIDENCIAIS

CÓDIGO	MEDIDA m²	VALOR R\$/m²
1	> de 180	1.249,27
2	De 100 a 180	962,22
3	De 50 a 99	662,62
4	De 44 a 49	468,42
5	De 00 a 43	212,04

TIPO 1 – EDIFÍCIOS DE APARTAMENTOS

CÓDIGO	MEDIDA m²	VALOR R\$/m²
11	> De 501	792,98
12	De 201 a 500	616,86
13	De 0 a 200	345,37

TIPO 2 – EDIFÍCIOS COMERCIAIS, LOJAS E ARMAZÉNS

CÓDIGO	MEDIDA m²	VALOR R\$/m²
21	> De 501	750,88
22	De 201 a 500	401,82
23	De 0 a 200	292,37

RUA CAPITÃO CARLOS DE MOURA, 243 – FONE - PABX (12) 3654-6600
CEP 12.280-050 C.N.P.J. 45.189.305/0001-21



Município de Caçapava

Estado de São Paulo

TIPO 3 – EDIFÍCIOS PARA ESCRITÓRIOS

CÓDIGO	MEDIDA m ²	VALOR RS/m ²
31	> De 501	930,46
32	De 201 a 500	602,21
33	De 0 a 200	444,13

TIPO 4 – EDIFÍCIOS INDUSTRIAIS

CÓDIGO	MEDIDA m ²	
41	Acima de 4.001	1.381,03
42	De 3.001 a 4.000	947,70
43	De 2.001 a 3.000	670,41
44	De 1.001 a 2.000	538,60
45	De 0 a 1.000	415,01

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor no dia 1º de janeiro de 2025, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇAPAVA, 17 de dezembro de 2024.

PÉTALA GONÇALVES LACERDA
PREFEITA MUNICIPAL

RUA CAPITÃO CARLOS DE MOURA, 243 – FONE - PABX (12) 3654-6600
CEP 12.280-050 C.N.P.J. 45.189.305/0001-21



Município de Caçapava

____ Estado de São Paulo ____

DECRETO Nº 5121, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2024

Altera o Anexo I do Decreto nº 2210, de 23 de dezembro de 2002, que estabelece preços públicos para os serviços que especifica e dá outras providências.

*Pétala Gonçalves Lacerda, Prefeita
Municipal de Caçapava, Estado de São
Paulo, no uso de suas atribuições legais,*

Considerando que os preços públicos no município devem ser revisados anualmente;

Considerando a variação do IPCA-IBGE de dezembro de 2023 a novembro de 2024,

DECRETA

Art. 1º Fica alterado o Anexo I do Decreto nº 2210, de 23 de dezembro de 2002, que estabelece preços públicos para os serviços que especifica, descritos na Tabela de Preços Públicos que passa a vigorar com os reajustes contidos no ANEXO I deste Decreto.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor no dia 1º de janeiro de 2025, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇAPAVA, 17 de dezembro de 2024.

**PÉTALA GONÇALVES LACERDA
PREFEITA MUNICIPAL**

RUA CAPITÃO CARLOS DE MOURA, 243 – FONE - PABX (12) 3654-6600
CEP 12.280-050 C.N.P.J. 45.189.305/0001-21



Município de Caçapava

Estado de São Paulo

ANEXO I

TABELA DE PREÇOS PÚBLICOS 2025

Ajuste dos preços (Base = Variação de IPCA-IBGE 4,87% Dez/2023 à Nov/2024)

SERVIÇOS		VALOR R\$
1	Protocolo	7,45
2	Atestados e certidões – por lauda	42,87
3	Certidão de Uso do Solo	130,23
4	Segundas vias de avisos recibos de tributos e de preços públicos	21,50
5	Vistorias, laudos e assemelhados	465,08
6	Serviço de numeração	21,50
7	Outros serviços não especificados na tabela	37,07
8	Expedição de Habite-se	
	a) Residencial	32,05
	b) Comercial	64,50
9	Alvarás Diversos	
	a) Colocação de caçamba	19,86
	b) De Diversões Públicas	
	9-1 Por evento	208,44
	- por mês	208,44
10	- por trimestre	471,49
	c) De construção e regularização	64,50
	Alvará para caminhões de aluguel	130,16
	Alvará para Táxi / Transporte Escolar	130,16
	Vistoria Simples - Táxi/ Transporte Escolar/ Caminhões	37,30
11	Vistoria Específica - Táxi	72,52
	Transferência de ponto de Táxi	556,42
	11 – 1 Concorrências e Tomadas de Preços	
	a) Inscrição no cadastro de fornecedores	186,14
	b) Renovação da inscrição	131,87
12	11 – 2 Pasta de Concorrência e Tomada de Preços conforme edital	
	a) Por cópia heliográfica, por metro e fração	64,44
	b) Por lauda	13,07
	c) Por cópia xerográfica	1,03

RUA CAPITÃO CARLOS DE MOURA, 243 – FONE - PABX (12) 3654-6600
CEP 12.280-050 C.N.P.J. 45.189.305/0001-21



Município de Caçapava

____ Estado de São Paulo ____

	Apreensão e depósito de animais, veículos e mercadorias	
	12 – 1 Apreensão	
	a) Animais de pequeno porte	9,16
	b) De animais de Grande Porte	46,53
	c) De veículos por unidade/fração mês	54,20
	d) De mercadorias o objetos	89,40
	12 – 2 Estada ou Guarda no Depósito Municipal	
	a) Veículo por Unidade	21,44
	b) Animais de Pequeno porte por unidade	28,79
	c) Animais de Grande porte por unidade	74,46
12	d) Mercadorias e Objetos	21,44
	Guias por metro	28,49/m
	Rebaixamento e Alteamento (retirada e reinstalação)	50,21/m
	Assentamento de guia c/ fornecimento da PMC	29,79/m
	Demolição de Calçadas	109,00/m
	Reconstrução de Calçada com ladrilho	
	Rebaixamento de guia com reparo na calçada p/ entrada de garagem	139,54/m
13	Serviços preliminares	106,06
14	Alinhamento – por metro	13,63/m
15	Nivelamento – por metro	13,63/m
16	Serviços de Limpeza – por hora ou fração	371,99
17	Aluguel de máquinas de limpeza e outras – por hora ou fração	371,99/h
18	Remoção especial de lixo ou entulho – por viagem	128,78
19	Remoção de mercadorias apreendidas feitas pela Administração – por viagem	128,78
	Cópias heliográficas - por meio ou fração	
	a) Em papel Vegetal	130,16
	b) Em outros papéis	65,29
20	c) Xerográficas por folha	1,03
	Aprovação e Substituição de plantas para execução de obras por metro quadrado de construção	
	Prédios residenciais	1,80
	Prédios Industriais e comerciais	2,53
	Outras edificações, inclusive reformas e reconstruções, com ou sem aumento de área	1,53
21	Arruamento e loteamento de até 10.000m²	597,76
22	Autorização para demolição – por metro quadrado	1,53
23	Tapumes e andaimes em logradouros públicos – por metro Quadrado por mês	1,53

RUA CAPITÃO CARLOS DE MOURA, 243 – FONE - PABX (12) 3654-6600
CEP 12.280-050 C.N.P.J. 45.189.305/0001-21



Município de Caçapava

____ Estado de São Paulo ____

	Alvará para construções em cemitérios (túmulo ou jazigo)	
	24-1 Com revestimento cerâmico simples	
	a) Túmulo 1,40 x 1,00 x 0,80	132,02
	b) Túmulo 2,00 x 1,25 x 0,80	193,44
	c) Túmulo 2,50 x 2,50 x 0,80	357,28
	24-2 Com revestimento de pedra, pastilha, mármore ou material semelhante	
	a) Túmulo 1,40 x 1,00 x 0,80	286,42
	b) Túmulo 2,00 x 1,25 x 0,80	409,31
	c) Túmulo 2,50 x 2,50 x 0,80	762,75
	d) Túmulo ou Jazigo fora do tamanho padrão: valor por metro quadrado do revestimento	15,58
	24-3 Construção de cameiras ou muretas	
	a) Crianças	132,02
	b) Adultos	257,06
24	c) Gaveta ou caixa	132,17
	Serviços de Cemitério	
	25-1 Inumações	
	a) De adultos	132,17
	b) De menores de 10 anos	65,07
	25-2 Exumação, translação ou remoção	
	a) Para o próprio cemitério	89,39
	b) Para outro cemitério	153,60
	25-3 Perpetuidade	
	a) Túmulo 2,00m x 1,25m	624,96
	b) Túmulo 2,50m x 2,50m	749,69
	c) Túmulo 1,00m x 1,40m	375,80
	d) Acréscimo de área – por metro quadrado ou fração	132,02
	25-4 Ossários	
	a) 1º Encerramento de ossos	132,02
	b) 2º Encerramento de ossos	64,36
	c) Caixa Perpétua	325,60
25	d) Columbário por caixa	74,39
	Mercado – Ocupação de boxes e bancas	
	a) Ocupação dos boxes, bancas ou similares internos por metro quadrado e por trimestre	36,75
	b) Ocupação de banca de cimento, por metro quadrado e por trimestre	21,94
26	c) Transferência de Boxe	1.152,59

RUA CAPITÃO CARLOS DE MOURA, 243 – FONE - PABX (12) 3654-6600
CEP 12.280-050 C.N.P.J. 45.189.305/0001-21



Município de Caçapava

____ Estado de São Paulo ____

27	Ocupação do solo em logradouros públicos	
	a) Por Feirante – por metro quadrado e por trimestre	36,75
	b) Por banca de jornal, por trimestre	151,86
	c) por quiosque (inclusive de jornais e revistas) – por trimestre	151,86
	d) Para utilização por Instituição Financeira (por trimestres/unidade)	2.195,11
28	Ambulantes	
	a) Gêneros Alimentícios – por trimestre	103,61
	b) Outros Artigos – por trimestre	103,61
	c) Eventuais – por mês	103,61
	d) Ambulante – por m² e por trimestre – ocupação do solo em logradouros públicos por trailers, food truck, barracas ou outro equipamento que não seja removido diariamente	16,46
29	Anúncios	
	a) Cartaz – por unidade	0,67
	b) Panfletos – por milheiro	63,33
	c) Anúncios – muros, placas, faixas, letreiros, tabuletas - por trimestre	142,84
	d) Propaganda volante – por semestre	107,20
	e) Outros tipos de anúncios, não enquadráveis nos itens anteriores	44,51
30	PARA OS SERVIÇOS NÃO INCLUSOS NESTA TABELA, DEVERÁ SER FEITO ORÇAMENTO ESPECÍFICO PELA ÁREA DE ATUAÇÃO	

RUA CAPITÃO CARLOS DE MOURA, 243 – FONE - PABX (12) 3654-6600
CEP 12.280-050 C.N.P.J. 45.189.305/0001-21



Município de Caçapava

ESTADO DE SÃO PAULO

DECRETO Nº 5108, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2024

Dispõe sobre a abertura de Créditos Adicionais Suplementares, autorizada pela Lei nº 6127, de 21 de dezembro de 2023.

PÉTALA GONÇALVES LACERDA, Prefeita Municipal de Caçapava, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei,

D E C R E T A:

Artigo 1º – Fica aberto no Orçamento corrente, com fundamento na autorização contida nos incisos I e V do art. 7º da Lei nº 6127, de 21 de dezembro de 2023, em favor do órgão abaixo, o crédito adicional suplementar no valor de R\$ 3.247.917,29 (três milhões, duzentos e quarenta e sete mil, novecentos e dezessete reais e vinte e nove centavos), conforme programação constante do Anexo I deste Decreto:

12.10.00 FUSAM – Fundação de Saúde e Assistência do Município de Caçapava	3.247.917,29
---	--------------

Artigo 2º – Os créditos abertos por este Decreto serão cobertos com recursos provenientes de:

II.	excesso de arrecadação (art. 43, § 1º, II, Lei 4.320/64), decorrente dos recursos:	
	01 – Tesouro	
	302-0000 – Atenção Média Alta Complex Amb. e Hosp	1.549.155,22
	02 – Transferências e Convênios Estaduais - Vinculados	
	301-0144 – Fdo x Fdo Estad RES SS 198 Tab SUS Paulista	1.661.413,04
	301-0163 – Fdo x Fdo Estad RES SS 151 Cirurgias Eletivas	5.761,66
	302-0140 – Fdo x Fdo Estad RES SS 191 Tab SUS Paulista	31.587,37
	Total de recursos utilizados	3.247.917,29

R.CAP.CARLOS DE MOURA, 243 – CEP 12.280-050 – FONE PABX (012)3654-6600 – FAX (012)3653-5868
e-mail: contabilidade@cacapava.sp.gov.br C.N.P.J. 45.189.305/0001-21



Município de Caçapava

ESTADO DE SÃO PAULO

DECRETO N° 5108, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2024

Artigo 3º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Caçapava, 26 de novembro de 2024

Anexos disponíveis no site: www.cacapava.sp.gov.br/publicacoes/editais

PÉTALA GONÇALVES LACERDA

Prefeita Municipal

KARINE COSTA DA SILVA

Secretária Municipal de Finanças

R.CAP.CARLOS DE MOURA, 243 – CEP 12.280-050 – FONE PABX (012)3654-6600 – FAX (012)3653-5868
e-mail: contabilidade@cacapava.sp.gov.br C.N.P.J. 45.189.305/0001-21



Município de Caçapava

DECRETO Nº 5110 DE 29 DE NOVEMBRO DE 2024

Dispõe sobre a abertura de Créditos Adicionais Suplementares, autorizada pela Lei nº 6127, de 21 de dezembro de 2023.

PÉTALA GONÇALVES LACERDA, Prefeita Municipal de Caçapava, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei,

D E C R E T A:

Artigo 1º – Fica aberto no Orçamento corrente, com fundamento na autorização contida no inciso I do art. 6º da Lei nº 6127, de 21 de dezembro de 2023, em favor dos órgãos abaixo, os créditos adicionais suplementares no valor de R\$ 1.540.000,00 (Um milhão quinhentos e quarenta mil reais), conforme programação constante do Anexo I deste Decreto:

06.00 Secretaria Municipal deSaúde- Fdo Munic Saúde	200.000,00
11.00 Secretaria Municipal de Obras e Serv. Municipais	1.050.000,00
15.00 Secretaria Municipal de Defesa e Mobilidade Urbana	290.000,00
Total suplementado por Secretaria	1.540.000,00

Artigo 2º – Os créditos abertos por este Decreto serão cobertos com recursos provenientes de:

R.CAP.CARLOS DE MOURA, 243 – CEP 12.280-050 – FONE PABX (012)3654-6600 – FAX (012)3653-5868
e-mail: contabilidade@cacapava.sp.gov.br C.N.P.J. 45.189.305/0001-21



Município de Caçapava

DECRETO Nº 5110 DE 29 DE NOVENBRO 2024

I	excesso de arrecadação (art. 43, § 1º, II, Lei 4.320/64), decorrente dos recursos: 01 – Tesouro 110-0000 – Geral	 1.340.000,00
II	superávit financeiro do exercício anterior (art. 43, § 1º, I, Lei 4.320/64), decorrente dos recursos: 91 - Tesouro 305-0000 – Gestão do SUS	 200.000,00
	Total de recursos utilizados	1.540.000,00

Artigo 3º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Caçapava, 29 de novembro de 2024

Anexos disponíveis no site: www.cacapava.sp.gov.br/publicacoes/editais

PÉTALA GONÇALVES LACERDA

Prefeita Municipal

KARINE COSTA DA SILVA

Secretária de Finanças

R.CAP.CARLOS DE MOURA, 243 – CEP 12.280-050 – FONE PABX (012)3654-6600 – FAX (012)3653-5868
e-mail: contabilidade@cacapava.sp.gov.br C.N.P.J. 45.189.305/0001-21



Município de Caçapava

PORTARIA Nº 35/SF/2024, de 19 de novembro de 2024

KARINE COSTA DA SILVA, Secretária de Finanças do Município, no uso de suas atribuições e considerando a necessidade de alteração da fonte de recursos e do código de aplicação, objetivando viabilizar a execução das ações que especifica;

RESOLVE:

Art. 1º – Realizar Nota de Dotação para modificação de informações gerenciais, no valor de R\$ 1.050.000,00 (um milhão e cinquenta mil reais), na forma dos Anexos I e II, as fontes de recursos e códigos de aplicação das despesas indicadas.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Caçapava, 19 de novembro de 2024

Anexos disponíveis no site: www.cacapava.sp.gov.br/publicacoes/editais

KARINE COSTA DA SILVA
Secretária Municipal de Finanças

R.CAP.CARLOS DE MOURA, 243 – CEP 12.280-050 – FONE PABX (012)3654-6600 – FAX (012)3653-5868
e-mail: contabilidade@cacapava.sp.gov.br C.N.P.J. 45.189.305/0001-21



Município de Caçapava

PORTARIA Nº 36/SF/2024, de 29 de novembro de 2024

KARINE COSTA DA SILVA, Secretária de Finanças do Município, no uso de suas atribuições e considerando a necessidade de alteração da fonte de recursos e do código de aplicação, objetivando viabilizar a execução das ações que especifica;

RESOLVE:

Art. 1º – Realizar Nota de Dotação para modificação de informações gerenciais, no valor de R\$ 1,00 (um real), na forma dos Anexos I e II, as fontes de recursos e códigos de aplicação das despesas indicadas.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Caçapava, 29 de novembro de 2024

Anexos disponíveis no site: www.cacapava.sp.gov.br/publicacoes/editais

KARINE COSTA DA SILVA
Secretária Municipal de Finanças

R.CAP.CARLOS DE MOURA, 243 – CEP 12.280-050 – FONE PABX (012)3654-6600 – FAX (012)3653-5868
e-mail: contabilidade@cacapava.sp.gov.br C.N.P.J. 45.189.305/0001-21